

APRESENTAÇÃO

O presente volume, intitulado **Capitalismo, Crise e Estado: ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho**, reúne artigos, cujo debate trata centralmente da dinâmica da crise capitalista, no Brasil, após o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, as implicações do padrão de acumulação capitalista contemporâneo sobre o meio-ambiente, face ao acirramento das expropriações dos recursos naturais como forma de sobrevivência do capital, bem como sobre a formação social brasileira e a escalada neofacista como resposta à crise. No escopo da Coletânea contamos, ainda, com reflexões acerca da limitação da participação popular no debate do Direito à Cidade na institucionalidade capitalista e as estratégias de reprodução do capital no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Dessa forma, os textos aqui compilados contribuem para a produção de conhecimento crítico no campo de estudos sobre a crise estrutural do capital, as análises e disputas sobre o Estado burguês e os impactos destrutivos do processo de radicalização neoliberal sobre os direitos sociais, os direitos relativos ao trabalho e o meio ambiente.

As reflexões referentes a esta temática são frutos/produtos finais de teses e dissertações de estudantes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, egressos do último quadriênio (2021-2023).

Abrimos este livro com o capítulo “Crise capitalista e reprodução social: o desmonte do sistema protetivo e a acirramento das desigualdades”, escrito por Mossicleia Mendes da Silva, Daniel Silveira Lopes e Julia Barcelos Bittencourt, comissão organizadora deste volume, cujo intuito é desenvolver uma reflexão, ainda inicial, sobre os rebatimentos da atual crise do capital e da radicalização neoliberal sobre a reprodução social, considerando as desigualdades de gênero, raça e classe. Este trabalho contribuiu para análise do cenário brasileiro atual, sobretudo após o ano de 2016, período este que tem sido atravessado pelo recrudescimento das medidas de austeridade fiscal e desmonte dos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas sob a égide neoliberal.

Em seguida, o trabalho intitulado “Padrão predatório do mercado de trabalho brasileiro pós-golpe de 2016”, escrito por Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos e Fátima Grave Ortiz, a partir da análise de indicadores dispostos pelo IBGE, PNAD Contínua (2022) e DIEESE. As autoras demonstram que, apesar das conquistas da classe trabalhadora nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), algumas particularidades do mercado de trabalho brasileiro permaneceram, a exemplo da alta rotatividade da mão de obra, informalidade, leis que degradam o trabalho, desemprego, ocupações precárias e terceirização. Assim, este trabalho se debruça sobre a ampliação de tais elementos diante dos ataques às conquistas dos trabalhadores no que diz respeito às relações de trabalho durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Ainda nesse contexto de refletir sobre as contrarreformas e seus impactos no mundo do trabalho, o artigo “o Estado neoliberal e a crise do capital: breve análise sobre a relação entre a contrarreforma trabalhista e o avanço da corrosão das relações de trabalho no Brasil”, de autoria de Silvia Silva Martins Pinheiro, se propõe a discutir acerca dos efeitos da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 e seus impactos sobre as relações trabalhistas, sobretudo após a intensificação dos processos de flexibilização das relações trabalhistas, de precarização das condições de trabalho durante a pandemia de covid-19. Este trabalho contribuiu para

compreensão das conexões existentes entre a contrarreforma trabalhista, os processos de expropriações e as políticas neoliberais implementadas no Brasil, assim como a relação de tais fenômenos com o avanço das formas mais precarizadas de trabalho (trabalho informal, contrato intermitente, subutilização da força de trabalho, uberização).

Ao analisar o cenário brasileiro de forma ampliada, este volume conta com a contribuição dos artigos “Gramsci, formação social e neofascismo brasileiro”, escrito por Renato de Brito Gomes, e “A decadência ideológica da burguesia brasileira e suas implicações sobre a classe trabalhadora”, escrito por Vanderlei Martini e Ivanete Boschetti. O primeiro artigo realiza uma análise de conjuntura, procurando identificar os elementos da gênese, ascensão e consolidação do neofascismo brasileiro e suas implicações nas reestruturações no padrão de dominação de classe que, por instrumentos variados e originais, produzem uma reatualização de traços da nossa formação social. Já o seguinte artigo, aborda a decadência ideológica da burguesia brasileira no contexto do capitalismo maduro, ressaltando que não há uma decadência ideológica intrínseca e/ou exclusiva à burguesia brasileira, mas que tal processo se insere em um contexto de decadência geral das burguesias dos países capitalistas de capitalismo central.

Gláucia Lélis e Higor Claudino, ao proporem uma reflexão crítica acerca do “Existencialismo”, elucidam as condições históricas e sociais que ensejaram o florescimento de uma “filosofia da angústia”, ao tempo em que demonstram o contraste da abordagem existencialista à dialética marxista, uma vez que àquela ignoraria a complexidade da totalidade social e as dinâmicas históricas mais amplas.

Ainda no sentido de promover discussões sobre os impactos socioambientais do modo de produção vigente, o trabalho de Abílio Soares Maiworm-Weiand, “Inserção do capital na produção de alimentos 'saudáveis': um estudo da Fazenda da Toca (SP)”, se debruça sobre a penetração e expansão empresarial no ramo das práticas agrícolas biodinâmicas e orgânicas no Brasil. Este estudo contribui para a análise sobre a dinâmica da Fazenda da Toca, compreendendo de forma ampliada o processo de determinação de crise ecológica e as contradições da ampliação do mercado consumidor de mercadorias ecologizadas.

No artigo “Estado ampliado no Rio de Janeiro: a Firjan e o Arco Metropolitano”, os autores Guilherme de Rocamora e César Maranhão analisam a construção do Arco Metropolitano como principal projeto para impulsionar a acumulação capitalista de frações burguesas industriais e comerciais, inserida na relação entre a sociedade civil burguesa e o Estado no processo de consolidação das bases para impulsionar novas tendências de reprodução do capital no território do Rio de Janeiro (RJ), durante a fase neoliberal do capitalismo.

Por fim, o trabalho “A luta pelo Direito à Cidade e os limites da institucionalidade burguesa: embates de projetos de cidade”, sob autoria de Natália Coelho de Oliveira, problematiza o esvaziamento dos espaços de participação social, como Conferências das Cidades e Conselho das Cidades. Assim, a autora parte das resoluções encaminhadas pelas Conferências das Cidades e das atas das reuniões do Conselho das Cidades para analisar as imposições de limites da institucionalidade burguesa a estas instâncias organizativas, bem como seu enfraquecimento e esvaziamento político.

A equipe organizadora deste volume agradece a participação das autoras e autores, estudantes egressos do programa e seus orientadores, César Maranhão, Fátima Grave,

Gláucia Lelis, Ivanete Boschetti e Sara Granemann. E, também, à professora Marina Machado Gouvêa, que nos prestigiou com brilhante prefácio a este volume.

Esta produção reflete o conjunto de reflexões tecidas por parte do corpo discente e docente Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ no último quadriênio e convida ao leitor e leitora a conhecer a produção acadêmica em Serviço Social, que articula pesquisadores consolidados e novos quadros profissionais acadêmicos.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2024.

Mossicleia Mendes da Silva
Julia Barcelos Bittencourt
Daniel Silveira Lopes